



FANICOL

Mbanza Kameleji

Programa MVI

Marcha Verde para o Interior



Fonte: mnews, Jim Patterson, 16 de Maio de 2022

ARTIGO DA REVISTA ANTENA FAMILIAR

Autor: António Lopes Nicolau & Joselany Francisco
Email: alonicolau@yahoo.com.br

Junho 2024
(*Artigo n° 011/2024*)

Luanda – Angola

ÍNDICE

| | | |
|-------|---|----|
| I. | INTRODUÇÃO..... | 4 |
| | 1.1. Apresentação do Programa | 4 |
| | 1.2. Contexto Histórico..... | 4 |
| | 1.3. Relevância do Programa | 5 |
| II. | CONTEXTO ACTUAL..... | 5 |
| | 2.1. Situação Sócio-económica de Angola | 5 |
| | 2.2. Desafios Urbanos em Luanda | 5 |
| | 2.3. Principais Preocupações da Juventude: emprego e habitação..... | 6 |
| III. | PROPOSTA DO PROGRAMA | 6 |
| | 3.1. Objectivo e Metodologia da MVI..... | 6 |
| | 3.2. Justificativa para o Êxodo da Juventude para Áreas Rurais | 6 |
| IV. | PROBLEMAS IDENTIFICADOS | 7 |
| | 4.1. Superpopulação Urbana em Luanda..... | 7 |
| | 4.2. Falta de Infraestrutura e Serviços Básicos..... | 7 |
| | 4.3. Elevado Desemprego Juvenil..... | 8 |
| | 4.4. Problemas Sociais: comércio informal, crianças de rua, delinquência..... | 8 |
| V. | SOLUÇÕES PROPOSTAS | 8 |
| | 5.1. Criação de Novas “Aldeias Rurais” | 8 |
| | 5.2. Planeamento e Execução de Assentamentos Rurais | 9 |
| | 5.3. Exemplos Históricos de “Colonização” e Povoamento | 9 |
| VI. | EXECUÇÃO DO PROGRAMA | 10 |
| | 6.1. Etapas de Implementação..... | 10 |
| | 6.1.1. Identificação de Áreas Rurais Adequadas | 10 |
| | 6.1.2. Infraestrutura Inicial: tendas, construção de casas, saneamento | 10 |
| | 6.1.3. Desenvolvimento de Serviços Básicos: saúde, educação, estradas | 10 |
| | 6.2. Envolvimento dos Jovens Casais na Construção das Comunidades | 11 |
| VII. | BENEFÍCIOS ESPERADOS | 11 |
| | 7.1. Descongestionamento de Luanda..... | 11 |
| | 7.2. Criação de Empregos e Habitação nas Áreas Rurais..... | 11 |
| | 7.3. Desenvolvimento Sustentável do Interior do País | 12 |
| | 7.4. Aproveitamento dos Recursos Naturais Locais | 12 |
| VIII. | DESAFIOS E RISCOS..... | 12 |
| | 8.1. Obstáculos Burocráticos e Administrativos | 12 |
| | 8.2. Resistência Cultural e Social ao Êxodo Rural..... | 13 |

| | |
|--|----|
| 8.3. Sustentabilidade a Longo Prazo dos Novos Assentamentos..... | 13 |
| IX. CONCLUSÃO..... | 13 |
| 9.1. Importância da Marcha Verde para o Desenvolvimento de Angola..... | 13 |
| 9.2. Envolvimento Plural e Perspectivas..... | 14 |
| X. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 14 |

I. INTRODUÇÃO

O Programa "**Marcha Verde para o Interior**" (MVI) surge como uma resposta inovadora e necessária aos desafios sócio-económicos enfrentados por Angola, particularmente no concernente à juventude. Este Programa visa abordar duas das maiores preocupações dos jovens angolanos: o desemprego e a falta de habitação.

1.1. Apresentação do Programa

A "**Marcha Verde para o Interior**" é uma iniciativa estratégica que propõe a migração organizada de jovens das áreas urbanas superlotadas, especialmente de Luanda, para regiões rurais de Angola. Este movimento pretende não só aliviar a pressão sobre as infraestruturas urbanas, mas também promover o desenvolvimento das áreas rurais através da criação de novas comunidades autossustentáveis.

A ideia central da **MVI** é inspirada nas "campanhas de colonização do período colonial", adaptadas para o contexto moderno e focadas no bem-estar e no desenvolvimento sustentável. A proposta é simples, mas ambiciosa: deslocar jovens, principalmente casais, para áreas rurais, onde serão fornecidas condições mínimas de adaptação e infraestrutura inicial. Esses novos assentamentos, chamados de "**aldeias rurais**", serão equipados gradualmente com serviços básicos como educação, saúde, e infraestrutura de transporte e saneamento.

1.2. Contexto Histórico

Historicamente, Angola tem enfrentado grandes desafios em seu processo de desenvolvimento. Após a independência em 1975, o país mergulhou em uma longa guerra civil que durou até 2002. Este conflito causou um êxodo rural massivo, com milhões de angolanos buscando refúgio em centros urbanos, especialmente em Luanda. A capital, que já sofria de um planeamento urbano inadequado, viu sua população crescer de forma explosiva, agravando problemas de infraestrutura, habitação, saúde e saneamento.

Após o fim da guerra, Angola entrou em uma fase de reconstrução e crescimento económico, impulsionado principalmente pela exploração de petróleo. No entanto, este crescimento não foi suficiente para resolver os problemas estruturais herdados do passado. A concentração de investimentos na capital e a ausência de um desenvolvimento rural equilibrado contribuíram para a perpetuação das desigualdades regionais.

Nas últimas décadas, a juventude angolana tem enfrentado uma realidade marcada pelo desemprego e pela falta de oportunidades. A economia baseada no petróleo não conseguiu criar empregos suficientes, e a má "gestão" dos recursos públicos agravou a situação. Em um país com vastos recursos naturais e um potencial agrícola significativo, a superpopulação de Luanda e a negligência do interior representam paradoxos gritantes.

1.3. Relevância do Programa

O Programa "**Marcha Verde para o Interior**" propõe-se a transformar esses desafios em oportunidades. Ao redirecionar a juventude para áreas rurais e fornecer as condições necessárias para o desenvolvimento de novas comunidades, a **MVI** busca criar empregos, melhorar a qualidade de vida e fomentar o desenvolvimento sustentável. Além disso, esta iniciativa visa promover um uso mais equilibrado e eficiente dos recursos naturais de Angola, incentivando a **agricultura**, a **pecuária** e outras actividades económicas rurais.

A "**Marcha Verde para o Interior**" não é apenas uma solução prática para os problemas de emprego e habitação. É também uma visão de futuro para Angola, onde o desenvolvimento é inclusivo e equilibrado, e onde todas as regiões do país podem contribuir para o crescimento nacional. Ao reviver e modernizar a ideia dos "assentamentos rurais", a **MVI** aspira a criar um "movimento" de renovação e esperança para a juventude angolana, oferecendo-lhes a oportunidade de construir um futuro melhor para si mesmos e para o país.

II. CONTEXTO ACTUAL

2.1. Situação Sócio-económica de Angola

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola, a situação sócio-económica do país é marcada por desafios significativos, reflectidos em indicadores como o Produto Interno Bruto (**PIB**) e o Índice de Desenvolvimento Humano (**IDH**). O PIB de Angola apresentou uma queda acentuada nos últimos anos, principalmente devido à dependência excessiva do petróleo como principal fonte de receita. Segundo Oliveira (2020), essa dependência exacerbada tornou a economia angolana altamente vulnerável às flutuações do mercado internacional de petróleo, resultando em instabilidade económica e dificuldades para o desenvolvimento de outros sectores.

Além disso, o IDH de Angola permanece relativamente baixo, indicando desafios persistentes no acesso à educação, saúde e qualidade de vida para grande parte da população. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de Angola (2022), apesar dos esforços do governo para melhorar essas condições, ainda há uma lacuna significativa entre as áreas urbanas e rurais em termos de acesso a serviços básicos e oportunidades económicas.

2.2. Desafios Urbanos em Luanda

Luanda, a capital de Angola, enfrenta uma série de desafios urbanos decorrentes do rápido crescimento populacional e da urbanização desordenada. Segundo estudos do Instituto Nacional de Desenvolvimento Urbano e Habitação (INDUH), a taxa de urbanização em Luanda tem sido uma das mais altas do continente africano, resultando em uma pressão crescente sobre a infraestrutura urbana e os serviços públicos (INDUH, 2021).

Essa rápida urbanização tem contribuído para a expansão de “assentamentos informais” e “favelas” em áreas periféricas da cidade, onde a falta de infraestrutura básica, como água potável, saneamento e habitação adequada, é prevalente. De acordo com Santos (2019), a inadequação da infraestrutura urbana em Luanda tem sido agravada pela “má gestão dos recursos públicos” e pela ausência de políticas eficazes de planeamento urbano.

2.3. Principais Preocupações da Juventude: emprego e habitação

As principais preocupações da juventude angolana, conforme destacado por estudos do Instituto Nacional da Juventude (INJ), concentram-se principalmente na falta de oportunidades de emprego e na escassez de habitação acessível. A alta taxa de desemprego juvenil em Angola tem sido uma fonte de frustração e descontentamento entre os jovens, que enfrentam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e alcançar independência financeira (INJ, 2020).

Além disso, a crise habitacional em Angola tem afetado especialmente os jovens, que enfrentam dificuldades para encontrar moradia digna e acessível nas áreas urbanas, especialmente em Luanda. De acordo com Silva (2018), a falta de políticas habitacionais eficazes e a especulação imobiliária têm contribuído para o aumento dos preços dos imóveis e a exclusão dos jovens do mercado habitacional formal.

III. PROPOSTA DO PROGRAMA

3.1. Objectivo e Metodologia da MVI

O **objectivo** do Programa **MVI (Marcha Verde para o Interior)** é mitigar os problemas sócio-económicos enfrentados pela juventude angolana, especialmente relacionados ao desemprego e à falta de habitação, através do estímulo ao êxodo da juventude de áreas urbanas, principalmente Luanda, para áreas rurais do país. A **MVI** visa ajudar a promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável de Angola, incentivando a ocupação e exploração das vastas áreas rurais do país, actualmente subutilizadas.

Ao direcionar a juventude para as áreas rurais, o Programa busca não apenas fornecer soluções imediatas para os problemas de emprego e habitação, mas também aproveitar o potencial dessas regiões para o desenvolvimento económico e social de longo prazo. A **MVI** visa, portanto, criar oportunidades de trabalho, estabelecer comunidades autossustentáveis e promover a inclusão social e o bem-estar dos jovens migrantes.

A **metodologia** do Programa **MVI** baseia-se em uma abordagem participativa e integrada, envolvendo diferentes partes interessadas, como o **governo**, organizações da sociedade civil e as próprias comunidades locais. O planeamento e a implementação das iniciativas são realizados de forma gradual e sustentável, levando em consideração as necessidades e prioridades específicas de cada região.

3.2. Justificativa para o Êxodo da Juventude para Áreas Rurais

A justificativa para o êxodo da juventude para áreas rurais baseia-se na necessidade de diversificação económica e na busca por soluções sustentáveis para os desafios

enfrentados pelas áreas urbanas de Angola, especialmente Luanda. Além disso, essa estratégia considera a exploração do potencial agrícola e natural das áreas rurais, bem como a redução da pressão sobre os recursos urbanos e a infraestrutura existente.

A **migração** da juventude para áreas rurais oferece diversas vantagens, tanto para os jovens migrantes quanto para o país como um todo. Em primeiro lugar, proporciona acesso a terras férteis e recursos naturais, criando oportunidades para o desenvolvimento de actividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais. Isso não apenas gera empregos no sector primário, mas também estimula o crescimento de cadeias produtivas e o surgimento de pequenas empresas e cooperativas locais.

Além disso, o êxodo da juventude para áreas rurais contribui para o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, com acesso a serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura, que muitas vezes são deficientes nas áreas urbanas “superpopuladas”. Ao mesmo tempo, promove-se a preservação do meio ambiente e a valorização da cultura e tradições locais, fortalecendo a identidade nacional e reduzindo as disparidades regionais.

Por fim, o estímulo ao “assentamento rural” da juventude pode ser uma estratégia eficaz para descongestionar as grandes cidades, como Luanda, aliviando a pressão sobre a infraestrutura urbana e reduzindo os problemas sociais associados à superpopulação e ao desemprego. Dessa forma, o êxodo da juventude para áreas rurais não apenas oferece oportunidades individuais, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável e a construção de um futuro próspero para Angola.

IV. PROBLEMAS IDENTIFICADOS

4.1. Superpopulação Urbana em Luanda

A superpopulação urbana em Luanda é um dos principais desafios enfrentados pela cidade. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola, a população de Luanda cresceu significativamente nas últimas décadas, impulsionada pelo êxodo rural e pela busca de oportunidades económicas na capital (INE, 2020). Esse rápido crescimento populacional resultou em uma pressão crescente sobre a infraestrutura urbana, os serviços públicos e os recursos naturais da cidade.

A falta de planeamento urbano adequado e políticas habitacionais eficazes contribuiu para o surgimento de “assentamentos informais” e “favelas” em áreas periféricas de Luanda, onde a densidade populacional é especialmente alta e as condições de vida são precárias. De acordo com Silva (2019), a falta de controlo sobre o crescimento urbano exacerbou os problemas de tráfego, poluição, habitação precária e segregação sócio espacial na cidade.

4.2. Falta de Infraestrutura e Serviços Básicos

A falta de infraestrutura e serviços básicos é outro desafio significativo enfrentado por Luanda e outras áreas urbanas de Angola. Apesar dos esforços do governo para melhorar a infraestrutura urbana, incluindo o fornecimento de água potável, energia

eléctrica e transporte público, ainda há deficiências significativas em muitas partes da cidade (Governo de Angola, 2021).

Segundo Oliveira (2018), a falta de investimentos em infraestrutura básica resultou em problemas persistentes de acesso à água potável, saneamento adequado e serviços de saúde e educação em muitas comunidades urbanas de Luanda. Além disso, a escassez de moradia acessível e a especulação imobiliária têm contribuído para a exclusão de segmentos significativos da população urbana do acesso a habitação digna e segura.

4.3. Elevado Desemprego Juvenil

O elevado desemprego juvenil é uma preocupação central para a juventude angolana, especialmente em áreas urbanas como Luanda. De acordo com dados do Instituto Nacional da Juventude (INJ), a taxa de desemprego entre os jovens em Angola é significativamente mais alta do que a média nacional, com jovens enfrentando dificuldades para encontrar empregos formais e estáveis (INJ, 2019).

A falta de oportunidades de emprego adequadas para os jovens é atribuída a vários factores, incluindo a falta de diversificação económica, a dependência excessiva do sector petrolífero e a inadequação das habilidades e qualificações dos jovens para o mercado de trabalho (Gomes, 2020). Além disso, a competição por empregos escassos e mal remunerados tem levado muitos jovens a recorrer ao desemprego de longo prazo ou ao trabalho informal.

4.4. Problemas Sociais: comércio informal, crianças de rua, delinquência

Os problemas sociais, como o comércio informal, a presença de crianças de rua e a delinquência, são sintomas da desigualdade sócio-económica e da falta de oportunidades em Luanda. O comércio informal, que se concentra principalmente em áreas urbanas densamente povoadas e de baixa renda, é uma fonte de sustento para muitas famílias, mas também contribui para a informalidade económica e a falta de regulação (Castro, 2017).

A presença de crianças de rua em Luanda é um reflexo da pobreza extrema e da falta de apoio social para famílias em situação de vulnerabilidade. Segundo estudos do UNICEF (2020), as crianças de rua em Luanda enfrentam uma série de desafios, incluindo falta de acesso à educação, saúde precária e exposição a abusos e exploração.

A delinquência juvenil em Luanda é outro problema social preocupante, com jovens envolvidos em actividades criminosas, como roubo, tráfico de drogas e vandalismo. A falta de oportunidades de emprego e a marginalização social contribuem para a vulnerabilidade dos jovens à criminalidade e à violência (Sousa, 2019).

V. SOLUÇÕES PROPOSTAS

5.1. Criação de Novas “Aldeias Rurais”

Uma das soluções propostas para enfrentar os desafios da superpopulação urbana e do desemprego juvenil em Angola é a criação de novas **“aldeias rurais”**. Esses espaços consistiriam em assentamentos planeados em áreas rurais do país,

destinados a receber jovens migrantes de áreas urbanas, especialmente de cidades como Luanda.

A criação de novas “**aldeias rurais**” oferece uma série de benefícios, tanto para os jovens migrantes quanto para as comunidades receptoras e para o desenvolvimento do país como um todo. Em primeiro lugar, proporciona acesso a terra e recursos naturais para actividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, criando oportunidades de emprego e empreendedorismo no sector primário.

Além disso, os “assentamentos rurais” podem ser planeados para fornecer infraestrutura básica, como habitação, água potável, eletricidade, saúde e educação, promovendo assim o desenvolvimento sócio-económico e melhorando a qualidade de vida das comunidades locais. Esses assentamentos também podem ser projectados para serem ambientalmente sustentáveis, integrando práticas de conservação e uso racional dos recursos naturais.

No entanto, é importante ressaltar que a criação de novas “**aldeias rurais**” deve ser acompanhada por políticas e programas de apoio adequados, incluindo capacitação técnica, acesso a crédito e assistência técnica para os jovens migrantes. Além disso, é crucial garantir a participação das comunidades locais no processo de planeamento e implementação das “**aldeias rurais**”, respeitando seus direitos e interesses.

5.2. Planeamento e Execução de Assentamentos Rurais

O planeamento e a execução de assentamentos rurais são fundamentais para garantir o sucesso e a sustentabilidade das “**aldeias rurais**” propostas. Isso envolve a identificação de áreas rurais adequadas para o estabelecimento dos assentamentos, levando em consideração factores como disponibilidade de terra, acesso a recursos naturais, proximidade a mercados e infraestrutura existente.

Uma abordagem participativa e integrada ao planeamento dos “assentamentos rurais” é essencial, envolvendo as partes interessadas relevantes, incluindo o **governo**, organizações da sociedade civil, comunidades locais e os próprios jovens **migrantes**. Isso permite a identificação de necessidades e prioridades específicas de cada comunidade, bem como a criação de soluções adaptadas às condições locais.

Além disso, a execução dos “assentamentos rurais” deve ser realizada de forma gradual e sustentável, levando em consideração aspectos como infraestrutura básica, construção de moradias, estabelecimento de serviços públicos e apoio ao desenvolvimento económico local. É importante também promover a integração dos jovens migrantes nas comunidades receptoras, facilitando sua adaptação e contribuição para o desenvolvimento local.

5.3. Exemplos Históricos de “Colonização” e Povoamento

Existem diversos exemplos históricos de “colonização” e povoamento que podem servir de inspiração e referência para a criação de novas “**aldeias rurais**” em Angola. Um exemplo relevante é o programa de “colonização” implementado durante o período

colonial, que visava ocupar e desenvolver áreas rurais do país, especialmente no sul e leste de Angola.

Outro exemplo histórico importante é o “*Movimento dos Sem Terra*” (MST) no **Brasil**, que promoveu a ocupação de terras improdutivas por trabalhadores rurais sem-terra, visando a **reforma agrária** e o acesso à terra e recursos naturais para fins produtivos. O MST demonstrou a viabilidade de “assentamentos rurais” auto-geridos e cooperativos, baseados em princípios de justiça social, sustentabilidade ambiental e participação democrática.

Além disso, sem descurar alguma iniciativa interna particular ou pública, há exemplos mais recentes de programas externos de “assentamento rural” bem-sucedidos, como o “*Programa de Colonização do Cerrado*” (PRODECER) no Brasil, que promoveu o desenvolvimento de áreas rurais por meio da implantação de projectos agropecuários integrados e do apoio técnico e financeiro aos agricultores familiares.

VI. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

6.1. Etapas de Implementação

A implementação do Programa **MVI** (*Marcha Verde para o Interior*) envolve várias etapas que visam garantir o sucesso e a sustentabilidade das “**aldeias rurais**” propostas. Essas etapas incluem:

6.1.1. Identificação de Áreas Rurais Adequadas

A primeira etapa consiste na identificação de áreas rurais adequadas para o estabelecimento das “**aldeias rurais**”. Isso envolve a análise de diversos factores, como disponibilidade de terra, acesso a recursos naturais, proximidade a mercados e infraestrutura básica existente. A participação das comunidades locais e o respeito aos seus direitos territoriais são fundamentais nesse processo, garantindo a legitimidade e a aceitação das “**aldeias rurais**” pelas populações locais.

6.1.2. Infraestrutura Inicial: tendas, construção de casas, saneamento

Após a identificação das áreas rurais adequadas, a próxima etapa é a implementação da infraestrutura inicial nas “**aldeias rurais**”. Isso inclui a instalação de infraestrutura temporária, como tendas ou alojamentos provisórios, para abrigar os primeiros moradores. Paralelamente, são iniciados os trabalhos de construção de casas permanentes, utilizando materiais locais e técnicas de construção sustentáveis. Além disso, são realizadas obras de saneamento básico, como a instalação de sistemas de abastecimento de água e tratamento de resíduos, visando garantir condições adequadas de vida e saúde para os habitantes dos assentamentos.

6.1.3. Desenvolvimento de Serviços Básicos: saúde, educação, estradas

Uma vez estabelecida a infraestrutura inicial, são iniciados os trabalhos de desenvolvimento dos serviços básicos nos assentamentos. Isso inclui a implantação de unidades de saúde básica, como postos médicos e centros de atendimento primário,

para garantir o acesso da população a cuidados de saúde básicos e preventivos. Além disso, são construídas escolas e “creches” para oferecer educação básica às crianças e jovens, incentivando assim o desenvolvimento humano e social das comunidades. Por fim, são realizadas obras de infraestrutura viária, como a construção de estradas e pontes, para facilitar o acesso às “aldeias rurais” e integrá-las à rede de transporte regional.

6.2. Envolvimento dos Jovens Casais na Construção das Comunidades

Um aspecto fundamental da execução do Programa **MVI** é o envolvimento activo dos jovens casais na construção e desenvolvimento das comunidades nas “aldeias rurais”. Isso inclui a participação dos jovens migrantes em todas as etapas do processo, desde a selecção e planeamento das “aldeias rurais” até a implementação e gestão das actividades económicas e sociais nas comunidades.

O envolvimento dos jovens casais pode ocorrer de várias formas, incluindo a participação em grupos de trabalho e comissões de planeamento, a contribuição com mão de obra e habilidades técnicas para a construção das infraestruturas e habitações, e a liderança em iniciativas de desenvolvimento comunitário, como associações de produtores, cooperativas agrícolas e grupos de mulheres.

Além disso, é importante oferecer capacitação e apoio técnico aos jovens migrantes, fornecendo treinamento em agricultura, pecuária, gestão de negócios e outras habilidades necessárias para o sucesso das actividades económicas nas “aldeias rurais”. Dessa forma, os jovens casais não apenas contribuem para a construção das comunidades rurais, mas também se tornam agentes activos de desenvolvimento e transformação social em Angola.

VII. BENEFÍCIOS ESPERADOS

7.1. Descongestionamento de Luanda

Uma das principais vantagens esperadas da implementação do Programa **MVI** é o descongestionamento da cidade de Luanda. Ao incentivar o êxodo da juventude para áreas rurais, especialmente para os novos assentamentos, espera-se reduzir a pressão sobre a infraestrutura e os serviços públicos da capital, aliviando assim os problemas de superpopulação urbana, tráfego congestionado e escassez de recursos em Luanda. Com menos pessoas competindo por recursos limitados na cidade, há uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida e o ambiente urbano para os residentes que permanecem em Luanda.

7.2. Criação de Empregos e Habitação nas Áreas Rurais

Outro benefício significativo do Programa **MVI** é a criação de empregos e habitação nas áreas rurais de Angola. As novas “aldeias rurais” proporcionarão oportunidades de trabalho e empreendedorismo no sector agrícola, agroindustrial e de serviços oferecendo alternativas viáveis ao desemprego urbano. Além disso, a construção de casas e infraestrutura básica nas “aldeias rurais” garantirá habitação digna e acessível para os jovens migrantes e suas famílias, promovendo assim a inclusão social e

económica nas áreas rurais do país.

7.3. Desenvolvimento Sustentável do Interior do País

A implementação do Programa **MVI** tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento sustentável do interior de Angola. Ao promover o povoamento e a ocupação das áreas rurais, o Programa contribuirá para a diversificação económica, a produção de alimentos, a conservação ambiental e a redução das desigualdades regionais no país. Isso está alinhado com as metas do *Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2023–2027)* do Governo de Angola e contribuirá para um crescimento equitativo e sustentável em todo o país.

Além disso, as “**aldeias rurais**” podem servir como modelos de desenvolvimento sustentável, incorporando práticas agrícolas sustentáveis, gestão ambiental e uso eficiente dos recursos naturais.

7.4. Aproveitamento dos Recursos Naturais Locais

Por fim, o Programa **MVI** visa aproveitar os recursos naturais locais de forma sustentável para promover o desenvolvimento económico e social das comunidades rurais. As áreas rurais de Angola possuem uma grande variedade de recursos naturais, incluindo terras férteis, água, biodiversidade e energia renovável, que podem ser aproveitados para impulsionar actividades económicas como agricultura, pecuária, **turismo** e energia renovável. Ao incentivar o uso sustentável desses recursos, o Programa visa garantir benefícios de longo prazo para as gerações presentes e futuras de angolanos, contribuindo assim para o crescimento e o desenvolvimento do país como um todo.

Esses benefícios esperados demonstram o potencial transformador do Programa MVI na melhoria das condições de vida e no desenvolvimento de Angola, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, proporcionando oportunidades de crescimento económico, inclusão social e sustentabilidade ambiental para todas as comunidades do país.

VIII. DESAFIOS E RISCOS

8.1. Obstáculos Burocráticos e Administrativos

Um dos principais desafios a enfrentar na execução do Programa **MVI** são os obstáculos burocráticos e administrativos. Isso inclui a necessidade de interagir com várias instituições governamentais centrais e órgãos da administração local, responsáveis dos pelouros e áreas de implementação do Programa, o que pode resultar em atrasos e complexidades no processo. Além disso, questões relacionadas à regulamentação fundiária (Lei de Terras), licenciamento ambiental, obtenção de financiamento(s), créditos, benefícios fiscais (e apoios diversificados) podem dificultar a execução eficiente do Programa com a “lisura” que se pretende. A superação desses obstáculos exigirá uma abordagem coordenada e colaborativa entre os diferentes actores envolvidos, bem como medidas para simplificar os procedimentos administrativos e reduzir a burocracia (de facto).

8.2. Resistência Cultural e Social ao Êxodo Rural

Outro desafio importante é a resistência cultural e social ao êxodo rural por parte da população jovem. Muitos jovens podem estar acostumados ao estilo de vida urbano e podem relutar em se mudar para áreas rurais devido a preocupações com o acesso a serviços básicos, oportunidades de emprego e qualidade de vida urbanos. Além disso, podem existir barreiras culturais e sociais que dificultam a integração dos jovens migrantes nas comunidades rurais, como **diferenças linguísticas, costumes e tradições**. Para superar esses desafios, é necessário realizar campanhas de sensibilização e educação (incluindo o aprendizado da principal língua local) para destacar os benefícios do êxodo rural, além de promover o diálogo e a participação das comunidades locais na implementação do Programa.

8.3. Sustentabilidade a Longo Prazo dos Novos Assentamentos

Um terceiro desafio significativo é garantir a sustentabilidade a longo prazo dos novos “assentamentos rurais” criados através do Programa **MVI**. Isso inclui questões relacionadas à gestão eficiente dos recursos naturais, preservação ambiental, segurança alimentar, geração de renda e autonomia económica das comunidades locais. Além disso, é necessário garantir a continuidade do apoio governamental e o envolvimento da sociedade civil para garantir a manutenção e o desenvolvimento das “aldeias rurais” ao longo do tempo. Para enfrentar esse desafio, é fundamental adotar uma abordagem de desenvolvimento sustentável e participativo, que promova a autossuficiência e o empoderamento das comunidades locais, além de medidas para fortalecer as capacidades institucionais e promover a cooperação interinstitucional. Esses desafios e riscos destacam a importância de uma abordagem cuidadosa e holística na implementação do Programa **MVI**, que leve em consideração não apenas os aspectos técnicos e económicos, mas também os aspectos sociais, culturais e ambientais envolvidos na promoção do êxodo rural e no desenvolvimento sustentável das áreas rurais de Angola.

IX. CONCLUSÃO

9.1. Importância da Marcha Verde para o Desenvolvimento de Angola

A “**Marcha Verde para o Interior**” (**MVI**) representa uma oportunidade crucial para o desenvolvimento de Angola, abordando questões fundamentais como superpopulação urbana, desemprego juvenil e desigualdades regionais. Ao incentivar o êxodo da juventude para áreas rurais e a criação de novas “aldeias rurais”, o Programa busca descongestionar as cidades, criar empregos e habitação nas áreas rurais, promover o desenvolvimento sustentável do interior do país e aproveitar os recursos naturais locais de forma sustentável, alinhado com as metas do *Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2023–2027)* do Governo de Angola. Essa abordagem holística e integrada é essencial para impulsionar o crescimento económico, reduzir as disparidades regionais e melhorar a qualidade de vida de todos os angolanos.

9.2. Envolvimento Plural e Perspectivas

Diante dos desafios e oportunidades apresentados pela “**Marcha Verde para o Interior**” (MVI), é fundamental que os **dirigentes políticos, as instituições governamentais, a sociedade civil e a juventude** angolana se unam em prol do sucesso do Programa. Os dirigentes devem assumir um papel de liderança na formulação e implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural e incentivem o êxodo da juventude para áreas rurais, garantindo o apoio institucional e os recursos necessários para a realização eficaz do Programa. Ao mesmo tempo, é crucial que a juventude angolana se envolva activamente no processo, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo Programa para contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades e para o futuro do país como um todo. Somente através do **compromisso colectivo** e da colaboração entre todos os sectores da sociedade será possível alcançar os objectivos ambiciosos da “**Marcha Verde para o Interior**” e construir um futuro mais próspero e sustentável para Angola e suas gerações futuras.

X. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apresentam-se as referências bibliográficas no formato da norma ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para as obras mencionadas:

1. Mendonça, J. L. (2024). “Marcha Verde para o interior”. Café com Letras.
2. Nicolau, António Lopes. (2024). *Contribuição ao Renascimento da “Província de Ambaca” no Contexto Hodierno de Angola*. (Ensaio – Versão Exploratória), Artigo nº 008/2024. Março 2024
3. Governo de Angola. (s/d). Plano Nacional de Desenvolvimento (PND.2023–2027) – *Impacto Socioeconómico Sustentável*.
4. Reis, Milton. (2024). “Estratégia do Governo para a Diversificação da Economia”. 15 de Abril de 2024.
5. Decreto Presidencial nº 226/23. (2023). Agenda Nacional para o Emprego. 5 de Dezembro de 2023, DR. 230, I Série.
6. Castro, L. (2017). O comércio informal em Luanda: entre a sobrevivência e a marginalidade. *Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5(1), 78-91.
7. Gomes, A. (2020). Desafios do mercado de trabalho para a juventude em Angola. *Revista de Economia e Desenvolvimento*, 18(2), 112-125.
8. Gomes, A. (2021). Desenvolvimento rural e assentamentos humanos: lições aprendidas e desafios para Angola. *Revista de Desenvolvimento Rural*, 12(1), 45-58.
9. Governo de Angola. (2021). Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Luanda. Luanda: Ministério do Urbanismo e Habitação.
10. INE (Instituto Nacional de Estatística). (2020). Censo Demográfico de Angola. Luanda: INE.
11. Kalandula, J. (2021). O potencial agrícola das áreas rurais de Angola. *Revista de Desenvolvimento Rural*, 10(2), 45-58.
12. Marques, L. (2019). Migração juvenil e desenvolvimento rural: perspectivas para Angola. *Cadernos de Estudos Sociais*, 25(1), 112-125.
13. Oliveira, R. (2018). Desafios da infraestrutura urbana em Luanda: uma análise crítica. *Cadernos de Urbanismo*, 25(2), 45-60.
14. Oliveira, R. (2020). A economia angolana: desafios e perspectivas. *Revista de Economia e Desenvolvimento*, 15(2), 45-60.

15. Relatório de Desenvolvimento Humano de Angola. (2022). Luanda: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
16. Santos, A. (2019). Desafios do planeamento urbano em Luanda: uma análise crítica. *Cadernos de Geografia*, 29(1), 87-102.
17. Silva, M. (2018). Crise habitacional em Angola: desafios e perspectivas. *Revista Angolana de Estudos Urbanos*, 5(2), 112-125.
18. Silva, M. (2019). Experiências de colonização e povoamento: lições para o desenvolvimento rural em Angola. *Cadernos de Estudos Sociais*, 27(2), 112-125.
19. Silva, M. (2021). Participação juvenil no desenvolvimento rural: experiências e desafios em Angola. *Revista de Desenvolvimento Rural*, 13(1), 78-91.
20. Sousa, F. (2019). Juventude e delinquência em Luanda: uma abordagem sociológica. *Revista de Sociologia Urbana*, 7(1), 112-125.
21. UNDP (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (2020). *Manual de Desenvolvimento Comunitário Sustentável: Engajamento Juvenil na Construção de Comunidades Resilientes*. Nova York: UNDP.
22. UNESCO. (2020). *Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos: Exemplos e Lições de Programas de Colonização*. Paris: UNESCO.
23. UNICEF Angola. (2020). *Situação das Crianças de Rua em Luanda*. Luanda: UNICEF.
24. Patterson, J. (2022). *Agricultura Africana*. Notícias da MU. Disponível em: <https://www.umnews.org/pt/news/more-church-support-for-african-agriculture>.